

**Odebrecht TransPort
Participações S.A.
e suas controladas**

**Demonstrações financeiras
e relatório dos auditores independentes
em 31 de dezembro de 2013**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Odebrecht Transport Participações S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Odebrecht Transport Participações S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Odebrecht Transport Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Odebrecht Transport Participações S.A.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Odebrecht Transport Participações S.A. e da Odebrecht Transport Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Salvador, 27 de fevereiro de 2014

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'PricewaterhouseCoopers'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Felipe Edmond Ayoub'.

Felipe Edmond Ayoub
Contador CRC 1SP187402/O-4

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Balancos patrimoniais

Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado		
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012		31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
						Passivo e patrimônio líquido					
			(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)				(Reapresentado)	(Reapresentado)	
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	9.225	545.835	105.625	614.626	1.146.747	Contas a pagar		27.144		22.238	
Aplicações financeiras (Nota 7)	99.309		114.394			Empréstimos e financiamentos (Nota 12)			252.420	275.372	107.100
Contas a receber (Nota 8)			41.471	19.761	23.394	Debêntures (Nota 12)	459		165.955		129.974
Despesas antecipadas			1.999	7.135	44.844	Fornecedores	638	1.029	137.550	59.497	90.930
Estoques			23.137	23.809	16.660	Partes relacionadas (Nota 14)			18.891	18.891	29.629
Tributos a recuperar	18.623	23.112	21.398	28.457	11.104	Obrigações sociais e trabalhistas	16.199	14.052	42.207	38.042	34.694
Outros ativos	5.624	3.341	11.935	11.768	11.248	Credor pela aquisição da concessão (Nota 15)			3.572	43.756	4.321
	132.781	572.288	319.959	705.556	1.253.997	Parcelamento (Nota 16)			3.525	20.555	14.805
						Programa de recuperação fiscal (Refis) (Nota 17)			1.434	8.798	8.221
						Impostos, taxas e contribuições sociais	1.001	790	6.619	17.021	18.539
						Outros passivos	417		19.464	15.103	14.939
							18.714	43.015	634.746	519.273	453.152
Não circulante						Não circulante					
Contas a receber (Nota 8)			36.062	24.090	34.524	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)		247.314	498.092	267.932	886.172
Partes relacionadas (Nota 14)		26.640		13.632	42.410	Debêntures (Nota 12)	492.863	491.392	492.863	641.832	1.599.829
Depósitos judiciais (Nota 20)			7.406	5.473	4.122	Credor pela aquisição da concessão (Nota 15)			32.230	34.127	34.481
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 18 (a)(i))			148.702	134.423	260.706	Parcelamento (Nota 16)			6.746	62.695	71.397
Outros ativos					9.584	Programa de recuperação fiscal (Refis) (Nota 17)			3.211	4.418	11.786
		26.640	192.170	177.618	351.346	Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 18 (a)(ii))			231.754	239.564	394.750
						Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis (Nota 20)			83.353	117.418	78.226
						Outros passivos		1.070	1.505	2.482	5.543
							492.863	739.776	1.349.754	1.370.468	3.082.184
						Patrimônio líquido (Nota 19)					
						Capital social	146.451	226.856	146.451	226.856	243.466
						Reservas de capital		270.282		270.282	1.856.076
						Reservas de lucros					156.336
Investimentos (Nota 9)	361.564	530.358	24.604	140.027	149.044	Ajuste de avaliação patrimonial	6.447	(1.625)	6.447	(1.625)	132.406
Imobilizado (Nota 10)	8.919	827	8.919	79.381	554.535	Prejuízos acumulados	(151.925)	(117.241)	(151.925)	(117.241)	
Intangível (Nota 11)	9.286	30.950	1.664.461	1.399.632	4.069.887		973	37.827	973	37.827	2.388.284
	379.769	588.775	1.890.154	1.796.658	5.124.812	Participação dos não controladores			224.640	234.201	455.189
									225.613	612.473	2.843.473
Total do ativo	512.550	1.161.063	2.210.113	2.502.214	6.378.809	Total do passivo e patrimônio líquido	512.550	1.161.063	2.210.113	2.502.214	6.378.809

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 (Reapresentado)
Operações continuadas				
Receita líquida (Nota 21)			745.821	1.218.487
Custos de construção (Nota 22)			(273.891)	(402.664)
Custos dos serviços prestados			(412.848)	(431.532)
Lucro bruto			59.082	384.291
Despesas operacionais				
Gerais e administrativas (Nota 25)	(89.959)	(93.460)	(194.655)	(276.750)
(Prejuízo) lucro operacional	(89.959)	(93.460)	(135.573)	107.541
Resultado de participação societária (Nota 9 (ii))	(31.623)	(18.608)	(5.237)	(11.011)
Resultado financeiro, líquido (Nota 23)	(30.409)	(4.103)	(74.333)	(252.271)
Outras despesas, líquidas	66	(1.070)	(751)	(772)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(151.925)	(117.241)	(215.894)	(156.513)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (Nota 18 (b) e (c))			47.994	736
Prejuízo do exercício	(151.925)	(117.241)	(167.900)	(155.777)
Atribuível a				
Acionistas da Companhia			(151.925)	(117.241)
Participação dos não controladores			(15.975)	(38.536)
			(167.900)	(155.777)
Prejuízo por lote de mil ações do capital social - R\$ (Nota 26)			(0,76)	(0,69)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Odebrecht TransPort
Participações S.A. e suas controladas**

**Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Prejuízo do exercício	(151.925)	(117.241)	(167.900)	(155.777)
				(Reapresentado)
Outros componentes do resultado abrangente				
Ajuste de conversão de investidas no exterior	6.241	2.984	10.402	4.973
Ajuste de diferido de controlada (Nota 19 (b))		8.404		8.404
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(145.684)</u>	<u>(105.853)</u>	<u>(157.498)</u>	<u>(142.400)</u>
Atribuível				
Acionistas da Companhia	(145.684)	(105.853)	(145.684)	(105.853)
Participação dos não controladores			(11.814)	(36.547)
	<u>(145.684)</u>	<u>(105.853)</u>	<u>(157.498)</u>	<u>(142.400)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido e do resultado abrangente

Em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas da controladora									
	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
			Legal	Realização de investimento	Reserva de lucros a realizar					
Em 01 de janeiro de 2012	243.466	1.856.076	7.816	111.390	37.130	132.406		2.388.284	455.189	2.843.473
Prejuízo do exercício							(117.241)	(117.241)	(38.536)	(155.777)
Ajuste de conversão de investidas no exterior (Nota 19 (b))						2.984		2.984	1.989	4.973
Ajuste de diferido de controlada						8.404		8.404		8.404
Total resultado abrangente do exercício						11.388	(117.241)	(105.853)	(36.547)	(142.400)
Aumento de capital	118							118		118
Reversão efeito CPC 15						(145.419)	(278.258)	(423.677)		(423.677)
Constituição de reserva especial		332.293						332.293		332.293
Capitalização e movimentação das reservas (Nota 1)	1.514.804	(1.918.087)	(7.816)	(111.390)	(37.130)			(281.361)		(281.361)
Acervo líquido cindido (Nota 1)	(1.531.532)							(1.531.532)	(204.509)	(1.736.041)
Outras transações com não controladores									20.068	20.068
Em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	226.856	270.282				(1.625)	(117.241)	378.272	234.201	612.473
Prejuízo do exercício							(151.925)	(151.925)	(15.975)	(167.900)
Ajuste de conversão de investidas no exterior (Nota 19 (b))						6.241		6.241	4.161	10.402
Total resultado abrangente do exercício						6.241	(151.925)	(145.684)	(11.814)	(157.498)
Aumento de capital (Nota 19 (a))	153.041	(153.041)								
Redução de capital (Nota 1)	(30.614)							(30.614)		(30.614)
Absorção de prejuízo (Nota 19 (c))		(117.241)					117.241			
Acervo líquido cindido (Nota 1)	(202.832)					1.831		(201.001)		(201.001)
Outras transações com não controladores									2.253	2.253
Em 31 de dezembro de 2013	146.451					6.447	(151.925)	973	224.640	225.613

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
				(Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do período antes do imposto de renda e da contribuição social	(151.925)	(117.241)	(215.894)	(156.513)
Ajustes para reconciliação do lucro (prejuízo) do exercício:				
Depreciação e amortização	205	186	76.301	86.105
Resultado de equivalência patrimonial	31.623	18.608	5.237	11.011
Provisão para contingências			(1.088)	39.191
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidos	58.900	68.695	102.410	323.514
Receita diferida			8.770	
Outros	44	1.070	44	(7.506)
Caixa aplicado nas (proveniente das) operações	(61.153)	(28.682)	(24.220)	295.802
Variações nos ativos e passivos:				
Estoques			671	(7.148)
Contas a receber	(4.800)		(44.347)	(21.987)
Tributos a recuperar	4.489	(7.452)	3.915	(14.078)
Despesas pagas antecipadamente			(1.907)	35.615
Adiantamento a fornecedores, subempreiteiros e outros		24	(8.400)	(32.738)
Outros ativos	(8.582)	(2.988)	(4.073)	5.145
Fornecedores e subempreiteiros	(391)	592	76.598	9.382
Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)			(8.074)	(8.559)
Parcelamentos			(76.746)	(18.593)
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	2.357	5.561	3.423	9.278
Outros passivos	(3.534)	6.195	(26.602)	2.082
Caixa aplicado nas operações				
Juros pagos	(59.500)	(28.008)	(68.722)	(220.912)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(3.370)	(2.552)
Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades operacionais	(131.114)	(54.758)	(181.854)	30.737
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao investimento em participações societárias	(57.380)	(86.848)	(39.958)	(29.440)
Adições ao imobilizado	(8.340)	(136)	(60.248)	(583.972)
Adições ao intangível			(406.704)	(421.533)
Reestruturação societária	(251.608)	(150.000)	(251.608)	(150.000)
Aplicações Financeiras	(99.309)		(107.936)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(416.637)	(236.984)	(866.454)	(1.184.945)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

(continuação)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
				(Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Dividas de curto e longo prazos, líquida				
Captações			677.587	1.116.082
Amortização de empréstimos			(125.566)	(243.607)
Partes relacionadas				
Recursos liberados	(75.137)	(15.684)	(75.137)	(20.522)
Recursos recebidos	86.278	7.445	116.278	6.655
Debêntures				150.000
Aumento de capital social		118	6.653	118
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	11.141	(8.122)	599.815	1.008.726
Efeito de caixa das empresas incluídas / excluídas na consolidação			(60.508)	(386.639)
Redução de caixa e equivalente de caixa	(536.610)	(299.864)	(509.001)	(532.121)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	545.835	845.699	614.626	1.146.747
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	9.225	545.835	105.625	614.626

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Odebrecht TransPort Participações S.A. (“Companhia” ou “OTPP”) de forma conjunta com suas controladas definida como “o Grupo”, tendo por objeto social:

- (i) Participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou de fato operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, dutos, portos, aeroportos, e/ou infraestrutura urbana;
- (ii) A operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviço público, projetos de parcerias público-privadas ou empreendimentos privados, atuando na cobrança dos serviços prestados, implantação, estudos ambientais ou outros, operação e manutenção do empreendimento, concessão ou parceria, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e
- (iii) Participação de consórcios ou de sociedades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas nos itens (i) e (ii) acima.

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht (“Organização” ou “Grupo”), sendo controlada pela Odebrecht TransPort S.A. (“OTP”).

Formação da atual estrutura societária

Em 10 de fevereiro de 2012, a Companhia adquiriu pelo montante de R\$ 64.640, 80% das ações da Nascon Participações S.A. (“Nascon”), através (i) da subscrição de ações ordinárias, representativas de 79,995% do capital da Nascon e (ii) do compromisso de aquisição de 0,005% de ações ordinárias do antigo acionista controlador. Referida transação foi tratada como uma combinação de negócios. Em 23 de maio de 2012, a Nascon teve sua denominação social alterada para Liquiport Vila Velha S.A. (“LiquiPort”).

Em 09 de abril de 2012, foi aprovado pelo poder concedente a transferência de 50% da participação, anteriormente detida pela Odebrecht Participações e Investimentos S.A. (“OPI”), na Concessionária Rota do Atlântico S.A. (“CRA”), constituída em 10 de junho de 2011, para a titularidade da Companhia, sendo mantidas inalteradas as ações de titularidade da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“Invepar”), representando os demais 50% do capital social.

Em 20 de abril de 2012, a Companhia subscreveu 3.999.600 ações correspondentes a 33,33% de participação do capital social, da Concessionária Transolímpica S.A. (“Transolímpica”). A empresa tem por objeto social específica e exclusivamente os serviços de implantação, operação, manutenção, monitoramento, conservação e realização de melhorias da ligação Transolímpica.

Em 21 de junho de 2013, a investida Transolímpica teve sua razão social alterada para Concessionária ViaRio S.A. (“ViaRio”).

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 20 de agosto de 2012, a Companhia subscreveu 25.000.000 de ações do capital social da Z.X.T.S.P.E Empreendimentos e Participações S.A (“Z.X.T”) pelo montante de R\$ 25.000, que tem por objetivo social (i) Atividade de gestão e prestação de serviços de intermediação de pagamento automático de pedágios e estacionamentos, com possibilidade de utilização de créditos na compra de serviços e produtos: (ii) venda, revenda, aluguel e manutenção de sistemas de automação insumos e equipamentos nacionais e importados necessários à prestação dos serviços descritos acima; e (iii) participar de sociedades que explorem direta ou indiretamente as atividades no item (i) e (ii) acima.

Em 03 de outubro de 2012, a Z.X.T teve sua razão social alterada para Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (“Conectcar”).

Em 23 de novembro de 2012, a Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. (“IPP”) subscreveu aumento de capital no montante de R\$ 25.000 na Conectar, mediante a emissão de 25.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00, passando a deter o seu controle de forma compartilhada com a Companhia.

Em 19 de outubro de 2012, Companhia constituiu em conjunto com APMR Investimentos e Participações Ltda, Radio e Televisão Bandeirantes de Minas Gerais Ltda e Kalítera Engenharia Ltda uma sociedade por ações sob a denominação de PRA SP – Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. (“PRA”) tendo por objeto social específica e exclusivamente a prestação de serviços de utilidade pública na Cidade de São Paulo, sob o regime de concessão.

Em 31 de março de 2013, a PRA teve sua razão social alterada para OTIMA – Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. (“OTIMA”).

A Companhia passou por um processo de reestruturação societária motivado por razões negociais e econômicas na dimensão do grupo empresarial do qual faz parte, com objetivos principais na melhoria da gestão das atividades e eficiências nos investimentos no segmento de transportes e logística além da simplificação de estruturas societárias com consequente redução de custos administrativos. Referido processo ocorreu em etapas:

- . Em 30 de outubro de 2012, ocorreu a incorporação das ações da Companhia pela OTP TransPort Participações S.A. (“OTPT”), na forma do artigo 252 da Lei nº 6.404/76, com a conversão da Companhia em subsidiária integral da OTPT. Em decorrência desse evento foi atribuída 1,079931434037 ação ordinária de emissão da OTPT para cada 1 (uma) ação ordinária de emissão da OTPT incorporada. Referida relação de substituição das ações da Companhia pelas ações da OTPT levou em consideração a avaliação econômico-financeira das companhias, de forma que foram emitidas 78.877.909 (setenta e oito milhões, oitocentos e setenta e sete mil, novecentas e nove) novas ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, da OTPT.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- . Em 09 de novembro de 2012, ocorreu a incorporação da totalidade das ações de emissão da OTPT pela OTP, nos termos do artigo 252 da Lei das S.A., com a conversão da OTPT em subsidiária integral da OTP. Em decorrência desse evento foi atribuída 0,692747344507 ação ordinária de emissão da OTP para cada 1 (uma) ação ordinária de emissão da OTPT incorporada. Referida relação de substituição das ações da OTPT pelas ações da OTP levou em consideração a avaliação patrimonial das companhias, de forma que foram emitidas 54.642.462 (cinquenta e quatro milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e dois) novas ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, da OTP, sendo destinados R\$ 54.642 para aumento de Capital e R\$ 645.320 para Reserva de Capital.
- . Em 23 de novembro de 2012, ocorreu a incorporação reversa da OTPT pela Companhia, sendo a totalidade das ações ordinárias existentes, detidas pela incorporada OTPT na Companhia atribuídas à única acionista da OTPT: a OTP. Considerando-se que a OTPT era titular de 100% (cem por cento) do capital votante e total da Companhia, o aumento do capital social da Companhia foi realizado exclusivamente pelo acervo líquido da OTPT, sem o seu investimento na Companhia, correspondendo a R\$ 118, com a emissão de 118.508 ações ordinárias, sendo todas estas ações ordinárias atribuídas à OTP como única acionista.
- . Em 21 de dezembro de 2012, ocorreu a cisão parcial da Companhia, seguida de incorporação reversa de parte do acervo cindido pela Embraport – Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A. (“Embraport”), Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“CRB”) e Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. (“CRC”), composto pelos respectivos investimentos na Companhia e correspondentes ágios fundamentados em perspectiva de resultados futuros, e de incorporação dos demais itens do acervo cindido, correspondentes basicamente à participação societária da investida Hostens Holding S.A. (“Hostens”) e caixa de R\$ 150.000 pela OTP, precedida dos seguintes lançamentos preparatórios no montante líquido de R\$ (372.744): (i) reversão dos lançamentos contábeis referentes ao reconhecimento de “ganho pela mensuração de participação anterior a valor justo quando da aquisição de controle – CPC 15” em relação ao investimento acima especificado, detido pela Companhia na Embraport, sendo o valor de R\$ 278.258 revertido contra a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados e o valor de R\$ 145.419 revertidos contra a conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP; (ii) reversão de parte da conta de Provisão do Ágio (ICPC 09, item 66), que apresentava provisão de 100% sobre o valor dos ágios fundamentados em expectativa de resultados futuros registrados sobre os investimentos na Embraport CRB e CRC, de forma que esta passe a representar 66% do valor dos referidos ágios (reversão de 34%), refletindo-se a expressão econômica deste ativo fiscal, em atenção às melhores práticas contábeis. Referida reversão da Provisão do Ágio (ICPC 09, item 66), no montante total (referente aos mencionados investimentos) de R\$ 332.293 foi feita diretamente à conta de reserva de capital no patrimônio líquido; (iii) constituição de provisão complementar sobre o ágio fundamentado em expectativa de resultados futuros registrado sobre o investimento na EMBRAPORT, no montante de R\$ 281.361 em contrapartida da conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP.

Em decorrência da cisão parcial, o capital social da Companhia foi reduzido em R\$ 1.531.532, com o cancelamento de 1.480.601.313 ações ordinárias, sem valor nominal, detidas pela OTP, passando para R\$ 226.855, representado por 226.855.531 ações ordinárias nominativas, e sem valor nominal.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de junho de 2013, a Companhia foi parcialmente cindida, sendo o acervo líquido cindido de seu patrimônio incorporado integralmente pela OTP. Os elementos que compõem o acervo líquido total cindido do patrimônio da Companhia que em seguida foram incorporados pela OTP, consistem:

- (i) Parcela de “equivalente de caixa”;
- (ii) Participação societária até então detida pela Companhia no capital social da Logum Logística S.A. (“Logum”), composta por 86.111.288 ações ordinárias nominativas sem valor nominal;
- (iii) Participação societária até então detida pela Companhia no capital da Concessionária Litoral Norte S.A. (“CLN”), composta por 2.668.448 ações ordinárias nominativas sem valor nominal;
- (iv) Participação societária até então detida pela Companhia no capital da Conectcar, composta por 25.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal;
- (v) Participação societária até então detida pela Companhia no capital da Liquiport, composta por 1.999.375 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, bem como o saldo passivo da dívida para com a integralização/aquisição das ações até então subscritas;
- (vi) Participação societária até então detida pela Companhia no capital da Concessionária Bahia Norte S.A. (“CBN”), composta por 57.500.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal;
- (vii) Participação societária até então detida pela Companhia no capital da OdTrans Holding GmbH (“OdTrans”), composta por 35.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal;
- (viii) Dívida decorrente do Contrato de Abertura de Crédito, celebrado com o Banco do Brasil S.A.

Para fins da cisão seguida de incorporação, foi adotado o procedimento prévio de absorção do saldo da conta de Prejuízos Acumulados no montante de R\$ 117.241 pela conta de Reserva de Capital. Foi realizada também a cisão do Patrimônio Líquido da Companhia em contrapartida do seu Capital Social, no montante de R\$ 2.831 (a débito) e da conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP no montante de R\$ 1.831 (a crédito), fazendo refletir, nestes lançamentos, para todos os fins de direito, o mesmo efeito que se daria caso houvesse o mero estorno dos saldos ainda não realizados contra resultado, existentes na conta de AAP antes da operação de cisão, conforme segue:

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Saldos em 30 de junho de 2013	Acervo líquido cindido	Saldos remanescentes
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	401.604	(80.067)	321.537
Demais contas a receber	22.673		22.673
	<u>424.277</u>	<u>(80.067)</u>	<u>344.210</u>
Não circulante			
Demais contas a receber	41.150		41.150
	<u>41.150</u>		<u>41.150</u>
Permanente			
Investimentos	571.274	(164.497)	406.777
Imobilizado	2.904		2.904
Intangível	30.949	(21.662)	9.287
	<u>605.127</u>	<u>(186.159)</u>	<u>418.968</u>
Total do Ativo	1.070.554	(266.226)	804.328
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	378		378
Impostos, taxas e contribuições sociais	4.233		4.233
Obrigações sociais e trabalhistas	6.896		6.896
Demais contas a pagar	20.129	(18.017)	2.112
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	4.371		4.371
	<u>36.007</u>	<u>(18.017)</u>	<u>17.990</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	247.209	(247.209)	
Instrumentos financeiros	492.514		492.514
Demais contas a pagar	2.530		2.530
	<u>742.253</u>	<u>(247.209)</u>	<u>495.044</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	226.856	(2.831)	224.025
Reservas de capital	270.281		153.040
Prejuízos Acumulados	(117.241)		
Ajuste de avaliação patrimonial e CTA	1.829	1.831	3.660
Resultado do exercício	(89.431)		(89.431)
	<u>292.294</u>	<u>(1.000)</u>	<u>291.294</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	1.070.554	(266.226)	804.328

Em decorrência da cisão parcial, o capital social da Companhia foi reduzido em R\$ 2.831, com o cancelamento de 2.830.871 ações ordinárias, sem valor nominal, detidas pela OTP, para R\$ 224.025, representado por 224.024.661 ações ordinárias nominativas, e sem valor nominal.

Em 30 de novembro de 2013, foi aprovada cisão parcial da Companhia, sendo o acervo líquido cindido integralmente incorporado pela OTP, e os elementos consistem em:

- (i) Parcela de “equivalente de caixa”;
- (ii) Contas a receber;
- (iii) Participação societária até então detida pela Companhia no capital da ViaRio, composta por 22.587.741 ações ordinárias nominativas sem valor nominal;

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O acervo líquido, acima descrito, foi cindido do patrimônio líquido da Companhia em contrapartida do seu capital social no montante de R\$ 200.000, conforme segue:

	Saldos em 30 de novembro de 2013	Acervo líquido cindido	Saldos remanescentes
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa			
Equivalente de caixa moeda nacional	266.320	(171.541)	94.779
Outros	5.055		5.055
Outras contas a receber			
Outras contas a receber	12.223	(8.354)	3.869
Outros	17.736		17.736
	<u>301.334</u>	<u>(179.895)</u>	<u>121.439</u>
Não circulante			
Creditos diversos	46.280		46.280
	<u>46.280</u>		<u>46.280</u>
Permanente			
Investimentos			
ViaRio	20.105	(20.105)	
Outros	386.762		386.762
	<u>406.867</u>	<u>(20.105)</u>	<u>386.762</u>
Imobilizado	6.759		6.759
Intangível	9.286		9.286
	<u>16.045</u>		<u>16.045</u>
Total do ativo	<u>770.526</u>	<u>(200.000)</u>	<u>570.526</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	1.342		1.342
Retenções na fonte a recolher	631		631
Obrigações tributárias a pagar	104		104
Obrigações sociais e trabalhistas	12.013		12.013
Outras contas a pagar	947		947
Provisão para encargos sociais e trabalhistas	4.793		4.793
	<u>19.830</u>		<u>19.830</u>
Não circulante			
Outras exigibilidades	11.168		11.168
Instrumentos financeiros	516.328		516.328
	<u>527.496</u>		<u>527.496</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	224.025	(200.000)	24.025
Reservas de capital	153.040		153.040
Ajuste de avaliação patrimonial e CTA	6.444		6.444
Resultado do exercício	(160.310)		(160.310)
	<u>223.199</u>	<u>(200.000)</u>	<u>23.199</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>770.525</u>	<u>(200.000)</u>	<u>570.525</u>

Com a cisão parcial de 30 de novembro de 2013, o capital social da Companhia foi reduzido em R\$ 200.000, com o cancelamento de 200.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal, detidas pela OTP, passando o capital social da Companhia para R\$ 24.025, representado por 24.024.660 ações ordinárias nominativas, e sem valor nominal.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 01 de dezembro de 2013, a Companhia teve seu capital social aumentando em R\$ 153.041 passando de R\$ 24.024 para R\$ 177.065, mediante a capitalização do saldo de Reserva de Capital, com a emissão de 153.040.278 novas ações.

Em 28 de dezembro de 2013, foi aprovada a redução do capital social da Companhia pelo critério de valor contábil em R\$ 30.614, passando de R\$ 177.065 para R\$ 146.451, com o cancelamento de 30.613.950 ações de emissão da Companhia. Pela devolução de parte da participação que a OTP detinha no capital social da Companhia, a OTP recebeu as ações da CRA e OTIMA, avaliadas pelo valor contábil de R\$ 30.042 e R\$ 572, que representam 50% e 58,70%, respectivamente, de seus capitais sociais.

Em 31 de dezembro de 2013, a controlada indireta SuperVia apresentou excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante R\$ 314.787, necessitando de recursos de longo prazo para fazer face aos compromissos de curto prazo. O aumento apresentado em relação a 2012 é resultado, principalmente, de novos empréstimos de curto prazo tomados para financiamento de investimentos.

Para minimizar os efeitos do capital circulante líquido negativo em dezembro de 2013, a controlada indireta SuperVia está negociando a tomada de financiamentos de longo prazo para quitação da dívida de curto prazo com instituições bancárias nacionais renomadas, visando garantir o programa de investimentos presentes no plano geral de negócios.

Baseados nas projeções financeiras da controlada indireta SuperVia o capital circulante líquido encontrará o equilíbrio e se tornará positivo com a redução da necessidade de utilização dos recursos provenientes de terceiros a partir de 2016, em virtude da geração de recursos provenientes das atividades operacionais e novos empréstimos de longo prazo.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 27 de fevereiro de 2014.

Odebrecht TransPort

Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

(c) Aplicação retrospectiva - mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A revisão do pronunciamento CPC 19 foi adotado para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013, causando impacto para Companhia.

A revisão do CPC 19 (R2)/IFRS 11 - "Negócios em Conjunto" foca nos direitos e nas obrigações das partes em conjunto ao invés do formato legal. Existem dois tipos de negócios em conjunto: operações em conjunto (*joint operations*) e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). Operações em conjunto surgem onde os investidores têm direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. O operador em conjunto deve reconhecer seus ativos, passivos, receitas e despesas. Empreendimentos controlados em conjunto surgem quando os direitos são sobre os ativos líquidos do negócio e são reconhecidos com base no método de equivalência patrimonial. Consolidação proporcional não é mais permitida. Os impactos dessa adoção nas demonstrações financeiras estão divulgados na Nota 28.

2.2 Consolidação

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades incluindo as entidades de propósito específico (EPE's), nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito aos retornos variáveis decorrente de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição previsto no CPC 15, “Combinação de negócios”, para contabilizar as aquisições de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com a aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excedente do custo de aquisição que ultrapassar o valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença, após refeitos todos os cálculos e confirmada a compra vantajosa, é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Coligadas e controladas em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

(c) Transações e participações não controladoras

O grupo trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial.

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

(d) Companhias consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias, diretas e indiretas em 31 de dezembro:

	País	Participação no capital social(%)	
		2013	2012
Companhias consolidadas diretamente			(Reapresentado)
OdTrans Holding GMBH (*)	Austria		100,00%
Rio Trens Corporation	Ilhas Cayman	60,00%	60,00%
Liquiport Vila Velha S.A. (*)	Brasil		80,00%
OTIMA - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. (*)	Brasil		64,00%
Companhias consolidadas indiretamente			
Rio Trens Participações S.A.	Brasil	60,00%	60,00%
SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A.	Brasil	60,00%	60,00%

(*) Empresas cindidas do patrimônio líquido da Companhia, durante o exercício de 2013 (Nota 1).

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas, exceto a controlada RTC com moeda funcional em Dólar Americano.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

(c) Conversão de controladas no exterior

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), são convertidos para real, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado, na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Odebrecht TransPort

Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente, classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultados financeiros", no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nestes casos, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Em 31 de dezembro de 2013, compreendem "Aplicações financeiras".

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Em 31 de dezembro de 2013, compreendem "Contas a receber", "Demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa".

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados inicialmente ao valor justo, e subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado Financeiro, líquido" no período em que ocorrem.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5.4 *Impairment* de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

Cada controlada, avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Como um expediente prático, cada controlada pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Caso no período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não foram identificadas pela administração da Companhia e de suas controladas, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment*.

(b) Instrumentos financeiros - derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos".

2.6 Contas a receber – Consolidado

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos os créditos de liquidação duvidosa "CLD" (*impairment*), se aplicável. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.7 Estoques – Consolidado

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.8 Despesas antecipadas – Consolidado

As despesas antecipadas referem-se a valores pagos antecipadamente que serão contabilizadas no resultado à medida em que as despesas forem incorridas.

2.9 Adiantamento a fornecedores – Consolidado

Os adiantamentos a fornecedores representam valores concedidos a fornecedores, em virtude de cumprimento de cláusulas contratuais.

2.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido – Consolidado

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.11 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.12 Ativos intangíveis

(a) Ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão

Os ativos intangíveis constituídos em decorrência dos contratos de concessão são registrados em atendimento às Interpretações Técnica ICPC 01, ICPC 17 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê, correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 e SIC 29 sobre Contratos de Concessão.

O ativo intangível é avaliado pelo valor justo, determinado pela receita estimada de formação da infraestrutura necessária para prestação dos serviços de concessão pública. Essa receita é estimada considerando os investimentos efetuados pelo Grupo e suas controladas na aquisição, melhoria e formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, quando aplicável, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da concessionária na formação do seu ativo intangível.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada a partir da data em que encontra-se disponível para ser utilizado nas operações da correspondente controlada, sendo que os investimentos realizados são avaliados a valor de custo do investimento e classificados como intangível em formação, equivalente à infraestrutura em formação de cada concessionária.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela controlada, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

(b) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível". Eventual deságio apurado é registrado como ganho no resultado do período na data da aquisição.

O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

(c) Direitos de outorga da concessão – Consolidado

O direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica "Direito de outorga da concessão", no ativo intangível (Nota 11 (b)). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante e não circulante.

O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pelo padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros. Quando não é possível determinar esse padrão com confiabilidade, as controladas utilizam o método linear.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.13 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros, inclusive debêntures que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificadas como passivo. Os encargos incidentes sobre as debêntures e a amortização dos custos de transação são reconhecidos na demonstração do resultado como despesa financeira.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15 Credor pela aquisição da concessão - Consolidado

Os credores pela concessão estão registrados no passivo circulante e não circulante, a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras.

2.16 Provisões - Consolidado

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.17 Demais passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data das demonstrações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.18 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado.

2.19 Reconhecimento de receita

(a) Receitas de serviços

Bilheteria de mobilidade urbana

A receita de venda de bilhetes compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo, quando aplicável.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo.

Pedágio de rodovias

As receitas provenientes de pedágios de algumas controladas do Grupo e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e compreende o valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades de algumas controladas indiretas da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

Espaços publicitários e comerciais

A receita de espaços publicitários e comerciais do Grupo é proveniente da exploração de espaços publicitários, sendo registrada de acordo com a veiculação da publicidade contratada, cujo prazo médio de veiculação das campanhas, na maioria dos casos, é de uma semana.

(b) Receitas de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pelo Grupo na formação da infraestrutura de cada contrato e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento do Grupo na formação do seu ativo intangível, presente nos contratos de concessões públicas (ICPC 01 e OCPC 05), já que o Grupo adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção.

A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 17 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Contratos de Construção (CPC 17), segundo o método de custo sem margem.

Essa receita é reconhecida juntamente com custos de construção na demonstração do resultado do mês de competência, e está diretamente relacionada ao respectivo ativo intangível formado.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A margem de lucro de construção do ativo intangível é econômica e não tem efeito caixa, por esta razão, está sendo apresentada como item de ajuste do lucro antes do imposto de renda e contribuição social, para fins de determinação dos fluxos de caixa das atividades operacionais do Grupo.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.20 Regime Tributário de Transição

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, com vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente realizados até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia analisou os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma, e a adoção de forma antecipada dos preceitos atualmente disciplinados pela MP não deverá produzir impactos relevantes na presente Demonstração Financeira. Não obstante, a Companhia está aguardando a conversão da referida Medida Provisória em Lei para que possa decidir sobre a efetiva adoção antecipada da opção, após análise do texto final a ser promulgado.

2.21 Depósitos judiciais

Existem situações em que o Grupo questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Nestas situações, não havendo a possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para o Grupo, esses depósitos são atualizados monetariamente.

2.22 Perda na transação de capital

Mudanças na participação relativa da controladora sobre uma controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários) nas demonstrações consolidadas.

Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação da controladora e o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas participações relativas das partes na controlada. Qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tenha sido ajustada e o valor justo da quantia recebida ou paga deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora, e não como resultado.

2.23 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi adotada, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- O IFRS 9 (CPC 38)- "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010, e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2017.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia e suas controladas.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

O Grupo verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não foram identificadas pela administração do Grupo evidências objetivas que requeressem o registro de perdas de *impairment* para os ativos financeiros.

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A estimativa de realização do IR/CSL diferidos está apresentado na Nota 18.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Reconhecimento de Receita de construção

Na apuração do valor justo da receita de construção a controlada indireta SuperVia utilizou o custo total incorrido, mais margem de lucro, quando aplicável, com base nos custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

(d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

(e) Provisões para contingências e depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas estimam e atualizam as provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos, com base no histórico de desfechos em seus processos e em taxa média de êxito calculada em conjunto e com amparo da opinião de seus consultores legais externos.

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis e tributários. Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Considerações gerais

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco cambial, risco de crédito e exposição a risco de taxa de juros. O programa de gestão de risco do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e suas controladas.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia e suas controladas, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia e suas controladas identifica, avalia e protege a contra eventuais riscos financeiros em cooperação com suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial e risco de taxa de juros.

(b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de liquidez em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia e suas controladas adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição de seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e suas controladas, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de assegurar a liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

(d) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia e suas controladas à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia e suas controladas mantêm contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela administração como de primeira linha.

Segundo avaliação da administração da controlada indireta SuperVia, o risco de crédito é substancialmente derivado da possibilidade do Governo do Estado do Rio de Janeiro não honrar seus compromissos. A investida monitora esses recebíveis frequentemente. Com relação aos demais recebíveis, a Administração considera baixo o risco de não liquidação.

(e) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita à variação da taxa da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e do Certificado de Depósito Bancário (“CDI”).

4.2 Gestão de capital - Consolidado

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para alcance desses objetivos, a Companhia exerce uma gestão financeira e de capital centralizada.

A Companhia e suas controladas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida, dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos e debêntures (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 12)	1.409.330	1.185.136
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(105.625)	(614.626)
Aplicações financeiras (Nota 7)	(114.394)	
Dívida líquida	<u>1.189.311</u>	<u>570.510</u>
Total do patrimônio líquido	<u>973</u>	<u>378.272</u>
Total do capital	<u>1.190.284</u>	<u>948.782</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>100</u>	<u>60</u>

5 Instrumentos financeiros por categoria

Abaixo, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros consolidados por categoria:

	<u>Ativos ao valor justo por meio do resultado</u>		<u>Empréstimos e recebíveis</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)	<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)
Ativos, conforme balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)			105.625	614.626
Aplicação financeira (Nota 7)	114.394			
Contas a receber de clientes e demais contas a receber			<u>89.468</u>	<u>55.619</u>
	<u>114.394</u>		<u>195.093</u>	<u>670.245</u>
			<u>Outros passivos financeiros</u>	
			<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)			750.512	543.304
Debêntures (Nota 12)			658.818	641.832
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais			<u>194.321</u>	<u>154.965</u>
			<u>1.603.651</u>	<u>1.340.101</u>

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
				(Reapresentado)
Caixa e bancos	449	1.850	96.821	9.755
Numerário em trânsito				16.114
Aplicações financeiras (*)	8.758	543.973	8.758	588.638
Fundo fixo e de troco	18	12	46	119
	<u>9.225</u>	<u>545.835</u>	<u>105.625</u>	<u>614.626</u>

(*) A Companhia mantém aplicações de curto prazo de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa, remuneradas de 90% a 100% do CDI e aplicações em fundos de investimento remuneradas de 90% a 102% do CDI.

7 Aplicação financeira – Consolidado

	2013
Caixa Econômica Federal (*)	99.309
Conta reserva	<u>15.085</u>
Total	<u>114.394</u>

(*) A Companhia mantém aplicações em fundo de investimentos junto a CEF, remuneradas de 90% a 102% do CDI.

8 Contas a receber – Consolidado

	2013	2012
		(Reapresentado)
Contas a receber do Estado do Rio de Janeiro/ Flumitrens (a)	59.824	25.806
Bilheteria (b)	1.734	5.115
Gratuidade - Decreto Estadual nº 36.993 (c)	5.919	4.365
Crédito de liquidações duvidosas	(507)	(475)
Outros (d)	<u>10.563</u>	<u>9.040</u>
	77.533	43.851
(-) Ativo circulante	<u>(41.471)</u>	<u>(19.761)</u>
Ativo não circulante	<u>36.062</u>	<u>24.090</u>

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) Valores pagos pela SuperVia decorrentes de processos trabalhistas e cíveis que estão sendo reembolsados pelo Estado do Rio de Janeiro, conforme previsto no 6º aditivo ao contrato de concessão, além de valores a receber pela prestação de serviço de operação no sistema Teleférico.
- (b) Valores correntes a receber pela SuperVia, de: (i) bilhetes adquiridos nas estações da SuperVia, pagos em espécie, cuja coleta e correspondente depósito na sua conta é responsabilidade do prestador de serviço de transportes de valores; e (ii) vale-transporte eletrônico administrados pela Fetranpor.
- (c) Reembolso a receber, pela SuperVia, do Poder Concedente de R\$ 1 por estudante pela gratuidade concedida.
- (d) Valores a receber decorrentes de direito de passagem pela malha ferroviária e aluguel de imobiliário da SuperVia, e aluguel de espaço publicitário da SuperVia.

**Odebrecht TransPort
Participações S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Investimentos – Controladora

(i) Investimentos em controladas e coligadas

	Quantidade de ações possuídas		Participação direta (%)		Patrimônio líquido		Lucro líquido (prejuízo) ajustado do exercício	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
OdTrans (*)		35.000		100,00		1.633		(254)
Logum (*)		24.649.083		20,00		212.203		(51.834)
CBN (*)		45.000.000		50,00		66.424		(795)
Montgomery	8.914.802	12.184.208	50,00	50,00	49.204	35.229	20.549	9.560
RTC	10.504.365	2.466.928	60,00	60,00	561.603	550.515	(28.642)	(69.520)
CRA (*)		30.000.000		50,00		51.384		(8.587)
Transolímpica (*)		22.587.741		33,33		46.497		(2.773)
Liquiport (*)		1.999.500		80,00		72.987		(489)
ConectCar (*)		25.000.000		50,00		5.472		(2.637)
OTIMA (*)		640		64,00		(1.672)		(2.476)

(*) Empresas cindidas do patrimônio líquido da Companhia, durante o exercício de 2013 (Nota 1).

**Odebrecht TransPort
Participações S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Movimentação dos investimentos

Investimento	Saldo no início do exercício	Adições (iii)	Movimentações societárias (*)	Reclassificação (**)	Equivalência patrimonial	Movimentação AAP (Nota 19 (b))	Dividendo antecipado	Saldo no final do exercício
Concessionária Litoral Norte (*)	2.668		(2.668)					
Odtrans (*)	1.633	5.077	(4.568)		(2.469)	327		
Montgomery	17.614	215			10.273		(3.500)	24.602
Bahia Norte (*)	33.212	12.500	(44.293)		(1.419)			
Logum (*)	42.440		(43.584)		1.144			
RTC	330.309	17.925			(17.186)	5.914		336.962
ViaRio (*)	15.663	6.166	(20.105)		(1.724)			
CRA (*)	25.692	13.377	(30.042)		(9.027)			
ConectCar (*)	2.737	12.500	(10.751)		(4.484)			
Liquiport (*)	58.390		(58.632)		242			
OTIMA (*)		7.545	(572)		(6.973)			
Subtotal	530.358	75.305	(215.215)		(31.623)	6.241	(3.500)	361.564
31 de dezembro de 2013	530.358	75.305	(215.215)		(31.623)	6.241	(3.500)	361.564
31 de dezembro de 2012	987.907	137.698	(842.057)	254.048	(18.608)	11.370		530.358

(*) Reestruturações ocorridas no exercício de 2013 (Nota 1).

(**) Refere-se, substancialmente, à reclassificação do intangível para investimento, decorrente da aplicação do CPC 15 em 2011.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Informações sobre investimentos

- Em 10 de fevereiro de 2012, a Companhia adquiriu 80% de participação da Nascon pelo montante de R\$ 62.640. A Nascon teve sua denominação social alterada LiquiPort em 23 de maio de 2012. A LiquiPort tem por objeto social a operação de terminais, compreendendo as atividades de operações de terminais marítimos e terrestres, de uso público ou privado, armazenamento no parque portuário de mercadorias provenientes ou destinadas à embarcações e operação e gestão de equipamentos destinados à carga e descarga. A Companhia aportou até 31 de dezembro de 2012 o montante de R\$ 56.623. Após reestruturação ocorrida em 30 de junho de 2013, a LiquiPort passou a ser controlada direta da OTP (Nota 1).
- Em 20 de agosto de 2012, a Companhia subscreveu 25.000.000 de ações do capital social da Z.X.T, cuja razão social passou a ser Conectcar. A Conectcar tem por objetivo social (i) Atividade de gestão e prestação de serviços de intermediação de pagamento automático de pedágios e estacionamento (ii) venda, revenda, aluguel e manutenção de sistemas de automação insumos e equipamentos nacionais e importados; e (iii) participar de sociedades que explorem direta ou indiretamente as atividades no item (i) e (ii) acima.

Ao longo do primeiro semestre de 2013, a Companhia a realizou aportes no montante de R\$ 12.500 na investida ConectCar. Após reestruturação ocorrida em 30 de junho de 2013, a Conectcar passou a ser controlada direta da OTP (Nota 1).
- A Logum tem por objetivo social a implementação de um ou mais sistemas de transporte de etanol, derivados de petróleo e outros bicomcombustíveis no território brasileiro por prazo indeterminado. Após reestruturação ocorrida em 30 de junho de 2013, a Logum passou a ser controlada direta da OTP (Nota 1).
- CBN é uma Sociedade de Propósito Específico ("SPE") de capital fechado, constituída em 29 de junho de 2010, que tem como objeto social, específica e exclusivamente, a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA093, BA512, BA521, BA524, BA526 e BA535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas ("Sistema Rodoviário"), tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia ("DERBA"), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia ("AGERBA", em conjunto com o Estado da Bahia e DERBA, o "Poder Concedente"), pelo prazo de 25 anos.

Em 27 de fevereiro de 2013, a Companhia realizou aporte na investida CBN no montante de R\$ 12.500 referente a proporção de sua participação na investida. Após reestruturação ocorrida em 30 de junho de 2013, a CBN passou a ser controlada direta da OTP (Nota 1).
- Odtrans – Constituída em 29 de setembro de 2010. Sociedade domiciliada na Áustria, com propósito de participar em investimentos no segmento de infraestrutura no Brasil e no exterior.

Em 24 de abril de 2013, a Companhia realizou um aporte de capital na investida OdTrans, no montante de R\$ 5.077. Após reestruturação ocorrida em 30 de junho de 2013, a OdTrans passou a ser controlada direta da OTP (Nota 1).
- A CRA constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE – "Express Way", nos termos do Contrato de Concessão celebrado com o Poder Concedente - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros "SUAPE" (Governo do Estado de Pernambuco) pelo prazo de 35 anos.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 11 de março de 2013, a Companhia realizou um aporte de R\$ 13.377 na CRA. Após redução da Companhia ocorrida em 28 de dezembro de 2013, a CRA passou a ser controlada direta da OTP (Nota 1).

Em 19 de outubro de 2012, a Companhia constituiu a OTIMA, tendo por objeto social a prestação de serviços de utilidade pública, que inclui limpeza, manutenção e conservação de abrigos, criação, confecção, instalação e manutenção de novos mobiliários urbanos, realização de obras de infraestrutura necessárias à instalação dos novos mobiliários urbanos e exploração publicitária.

Ao longo do primeiro semestre de 2013, a Companhia integralizou o montante de R\$ 7.545 na controlada OTIMA. Após redução da Companhia ocorrida em 28 de dezembro de 2013, a OTIMA passou a ser controlada direta da OTP (Nota 1).

RTC - Constituída em 5 de dezembro de 1998, tem como objetivo social a participação em outras sociedades. A SuperVia, controlada indiretamente pela RTC, detém a concessão para a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros na região metropolitana do Rio de Janeiro até 31 de dezembro de 2023, prorrogado até o dia 31 de outubro de 2048, subordinada a condição resolutiva consubstanciada na execução pela SuperVia dos investimentos assumidos até 31 de outubro de 2020.

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia, em conjunto com os demais acionistas e na proporção de sua participação capitalizou os mútuos detidos contra a RTC no montante de R\$ 17.925. Assim o capital da RTC passou para R\$ 37.820, representado por 17.895.728 ações ordinárias.

A ViaRio é uma sociedade por ações domiciliada no Rio de Janeiro, que iniciou suas operações em 26 de abril de 2012 de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro pelo prazo de 35 anos. A Companhia tem como objetivo a concessão para implantação e exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção monitoração e realização de melhorias de Ligação Transolímpica.

Ao longo de 2013, a Companhia efetuou aportes na ViaRio no montante de R\$ 6.166. Após redução da Companhia ocorrida em 30 de novembro de 2013, a ViaRio passou a ser controlada direta da OTP (Nota 1).

MTG – Constituída em 2 de setembro de 2005, tem como objetivo social a participação em outras sociedades, nos termos das disposições legais aplicáveis.

O Consórcio Metroquatro, formado pela Montgomery Participações S.A. (30%), Companhia de Concessões Rodoviárias – CCR (58%), RATP Devellopement S.A. (1%), Benito Roggio Transportes S.A. (1%) e Mitsui & Co Ltd. (10%), detém a concessão da operação dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo, o qual passou a operar parcialmente em 21 de junho de 2010.

Em 22 de abril de 2013, a Companhia subscreveu e integralizou 107.500 ações no montante de R\$ 215 referente a sua participação de 50% do capital social da investida Montgomery Participações S.A. (“Montgomery”).

Em 26 de setembro de 2013, foi aprovada a redução do capital social da investida Montgomery, em R\$ 13.508, passando dos atuais R\$ 49.167 para R\$ 35.659, através da absorção dos prejuízos acumulados em R\$ 13.508 até 31 de dezembro de 2012, com cancelamento de 6.753.812 ações. Em 31 de outubro de 2013, foi aprovada a antecipação de dividendos no montante de R\$ 7.000 pela investida Montgomery, declarados sobre lucro do exercício de 2013 apurado até o mês de setembro de 2013. A Companhia recebeu o valor de R\$ 3.500 referente a sua participação no capital social.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Imobilizado – Consolidado

(i) Composição

	Terrenos	Obras/ projetos em andamento	Edificações e benefeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos e embarcações	Outros	Total
Custo	12.539	481.830	392	2.047	616	199	57.702	555.325
Depreciação acumulada			(81)	(52)	(53)	(42)		(228)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	12.539	481.830	311	1.995	563	157	57.702	555.097
Aquisições	18.616	38.999	3.354	17.350	54		24	78.397
Movimentações Societária (*)	(12.539)	(481.830)	(47)	(1.380)	(159)	(1)	(57.702)	(553.658)
Depreciação			(322)	(38)	(37)	(45)	(13)	(455)
Saldo contábil	18.616	38.999	3.296	17.927	421	111	11	79.381
Custo	18.616	38.999	3.699	18.017	511	198	24	80.064
Depreciação acumulada			(403)	(90)	(90)	(87)	(13)	(683)
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	18.616	38.999	3.296	17.927	421	111	11	79.381
Aquisições			8.092	68	183			8.343
Movimentação Societária (*)	(18.616)	(38.999)	(3.093)	(17.795)	(40)		(11)	(78.554)
Baixas, líquidas de depreciação/exaustão					(44)			(44)
Depreciação			(61)	(41)	(56)	(49)		(207)
Saldo contábil			8.234	159	464	62		8.919
Custo			8.698	290	610	198	13	9.809
Depreciação acumulada			(464)	(131)	(146)	(136)	(13)	(890)
Saldo em 31 de dezembro de 2013			8.234	159	464	62		8.919
Taxas anuais de depreciação (%)			2 a 10	1,3 a 20	10	10 a 25	até 20	

(*) Referem-se ao processo de reestruturação societária da Companhia (Nota 1).

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Intangível – Consolidado

(i) Composição

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
		(Reapresentado)
Infraestrutura (a)	1.620.807	1.297.379
Direito de Outorga da concessão (b)	12.277	47.629
Ágio sobre investimentos (c)	9.269	30.930
Outros	22.108	23.694
	<u>1.664.461</u>	<u>1.399.632</u>

(a) Infraestrutura

Após a adoção do ICPC 01, todo custo do investimento em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão passou a ser tratado como ativo intangível. O cálculo da parcela mensal, sobre a vida útil dos bens, considerando os benefícios econômicos gerados, é reconhecido no resultado como amortização.

	<u>2013</u>		<u>2012</u>		Taxas anuais de amortização
	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>		
			(Reapresentado)		
Edifícios e instalações	59.259	(6.691)	52.568	42.941	2% - 4%
Material rodante	215.278	(128.383)	86.895	105.328	8%
Máquinas e equipamentos	317.446	(190.063)	127.383	128.807	10%
Móveis e utensílios	5.888	(2.916)	2.972	2.705	10%
Obras em andamento	632.976		632.976	299.566	
Veículos	1.455	(653)	802	821	20%
Direito de acesso à infraestrutura (*)	727.304	(10.093)	717.211	717.211	
	<u>1.959.606</u>	<u>(338.799)</u>	<u>1.620.807</u>	<u>1.297.379</u>	

(*) Decorrente da aplicação do CPC15, na aquisição da RTC.

(b) Direito de outorga da concessão

Em 31 de dezembro de 2013, a controlada indireta SuperVia possui ativo intangível, no valor de R\$ 12.277 (em 31 de dezembro de 2012, R\$ 12.629), relacionado com o direito de outorga da concessão para exploração do sistema ferroviário, sendo amortizado pelo método linear de acordo com o prazo da concessão até 2048.

(c) Ágio sobre investimentos

Em 31 de dezembro de 2013, o ágio registrado no montante de R\$ 9.268 referente ao investimento na RTC.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Movimentação

	<u>Ágio sobre investimentos</u>	<u>Marcas e patentes</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Direito de outorga</u>	<u>Software, direitos de uso e outros</u>	<u>Total</u>
Custo	1.050.292	719	1.983.889	1.363.103	31.373	4.429.376
Amortização acumulada		(376)	(243.528)	(12.883)	(5.023)	(261.810)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.050.292	343	1.740.361	1.350.220	26.350	4.167.566
Aquisições	20.834		252.935	(62.680)	561	211.650
Movimentações societária (*)	(1.040.196)	(3)	(672.926)	(1.239.558)	(3.788)	(2.956.471)
Transferências			(686)		550	(136)
Amortização		(30)	(22.305)	(353)	(289)	(22.977)
Saldo contábil	30.930	310	1.297.379	47.629	23.384	1.399.632
Custo	1.071.126	716	1.563.212	60.865	28.696	2.724.615
Amortização acumulada	(1.040.196)	(406)	(265.833)	(13.236)	(5.312)	(1.324.983)
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	30.930	310	1.297.379	47.629	23.384	1.399.632
Aquisições / adições			396.394		4	396.398
Movimentação societária (*)	(21.662)			(35.000)	(230)	(56.892)
Amortização		(31)	(72.966)	(352)	(1.328)	(74.677)
Saldo contábil	9.268	279	1.620.807	12.277	21.830	1.664.461
Custo	9.268	716	1.959.606	25.865	28.470	2.023.925
Amortização acumulada		(437)	(338.799)	(13.588)	(6.640)	(359.464)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	9.268	279	1.620.807	12.277	21.830	1.664.461

(*) Referem-se ao processo de reestruturação societária da Companhia (Nota 1).

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Empréstimos, financiamentos e debêntures – Consolidado

	Encargos financeiros anuais	2013	2012
Empréstimo BNDES (a)	TJLP + 2,63%	496.446	260.486
Banco do Brasil (b)	118% do CDI		247.314
Banco Itaú (c)	CDI + 1,57% a 2,23%	143.059	12.016
Banco Brasil	120% do CDI	50.044	
Banco Santander	CDI + 2,25%	25.500	
Banco Bradesco	CDI + 2,3%	20.084	
Banco ABC Brasil	CDI+3,9%	19.807	17.275
Banco Itaú	CDI + 2,4%		6.079
Banco Brasil - FINAME	4,5% a 7,7%	1.026	1.259
Leasing	IGPM	1.470	1.078
(-) Custo de captação (e)		(6.924)	(2.203)
		<u>750.512</u>	<u>543.304</u>
Debêntures (d) (i)	DI + 2,28% e CDI + 2,28%	500.233	494.565
Debêntures (d) (ii)	CDI + 1,5%	166.309	151.683
(-) Custo de captação (e)		(7.724)	(4.416)
		<u>658.818</u>	<u>641.832</u>
(-) Passivo circulante		<u>(418.375)</u>	<u>(275.372)</u>
Passivo não circulante		<u>990.955</u>	<u>909.764</u>

(a) BNDES

Empréstimo ponte da SuperVia junto ao BNDES, exclusivo para financiamento de parte do plano de investimento acordo no Oitavo Aditivo ao Contrato de Concessão. O primeiro desembolso ocorreu no dia 28 de maio de 2012 no montante de R\$ 248.477 através de empréstimo ponte, no dia 17 de outubro de 2013 foi desembolsado o montante de R\$ 490.000 quando foi amortizado o valor relativo ao empréstimo ponte (R\$ 248.477) e saldo de juros apropriados até esta data (R\$ 26.950). A garantia deste empréstimo foi através de fianças bancárias emitidas pelos agentes financeiros Banco Santander S.A e Banco Bradesco S.A.

(b) Banco do Brasil

Em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$ 247.314 refere-se ao saldo atualizado do empréstimo contratado pela Companhia junto ao Banco do Brasil em 25 de agosto de 2009, pelo valor original de R\$ 239.741, taxa de juros de 118% do CDI, e sem garantias específicas no contrato.

Em 12 de agosto de 2011, foi assinado aditivo contratual com a prorrogação do vencimento para 12 de agosto de 2018. O pagamento do valor principal será realizado em 5 parcelas anuais iguais no montante de R\$ 47.948 a partir de 12 de agosto de 2014, e os juros estão sendo liquidados semestralmente a partir de fevereiro de 2012.

Em 30 de junho de 2013, o montante de R\$ 247.209, referente ao empréstimo citado acima, foi incorporado pela OTP após cisão parcial ocorrida na Companhia (Nota 1).

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Banco Itaú

Ao longo de 2013, a SuperVia contratou junto ao Banco Itaú BBA S.A. cédulas de crédito bancário de curto prazo no montante de R\$ 130.000, remunerados pela taxa CDI mais 1,57% a 2,33% a.a.

(d) Debêntures

- (i) A Companhia realizou em 27 de dezembro de 2010 a primeira emissão de 39 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 10.000 na data de emissão, no montante total de R\$ 390.000, cuja liquidação financeira ocorreu em 28 de dezembro de 2010.

As debêntures terão prazo de vencimento de 10 anos, a contar a data de emissão, vencendo em 27 de dezembro de 2020. A remuneração se dará com base na variação acumulada das taxas médias diárias do D.I. (depósitos interfinanceiros), acrescida de um spread de 2,28% a.a.

Os recursos emitidos pela Companhia por meio da emissão das debêntures serão destinados para recomposição/reforço de caixa para a aplicação em investimentos. Em 27 de junho de 2013, a Companhia realizou uma amortização extraordinária do Valor Nominal de Debêntures no valor de R\$ 17.000 e incorporou a parcela de juros devidos nesta data ao Valor Nominal de Debêntures.

Adicionalmente, o vencimento das debêntures foi alterado para a amortização em três parcelas anuais, sucessivas e iguais, devidas em 27 de dezembro de 2018, 2019, e 2020.

A Companhia assumiu compromissos previstos no contrato de debêntures e vem cumprindo adequadamente.

- (ii) Emissão de debêntures simples não conversíveis em ações e mantidas até o vencimento, emitidas pela controlada indireta SuperVia, para liquidação de empréstimos de capital de giro no valor de R\$ 150.000, com pagamento em parcela única vencendo em maio de 2014. Os agentes financeiros emitentes foram o Banco Votorantim S.A. e o Banco do Brasil S.A. As debêntures são de espécie quirografária, sem a outorga de quaisquer garantias.

(e) Custo de transação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Prazo de vencimento

O montante a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)
2014		203.508
2015	40.588	57.217
2016	30.743	55.398
2017	196.390	52.518
2018	196.955	49.731
2019 em diante	526.280	491.392
	<u>990.955</u>	<u>909.764</u>

13 Instrumentos financeiros derivativos

Uma Controlada da RTC possui, em 31 de dezembro de 2013, operações de Swap no valor nominal de R\$ 16.000, sendo que valor garantido pela instituição financeira é de CDI mais 3,9% ao ano e o valor garantido pela Controlada da RTC é de IGPM mais 8,1% ao ano. Essas operações foram contratadas para proteção de risco de volatilidade da taxa CDI de um empréstimo que será pago em 37 parcelas, com a primeira parcela vencendo em julho de 2014 e a última parcela em julho de 2017, sendo que o vencimento das operações de Swap segue o cronograma do valor principal do empréstimo. O valor de mercado das operações em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 871.

14 Partes relacionadas – Consolidado

(i) Composição

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>		
	<u>Ativo circulante</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Ativo circulante</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>
Fundo Caixa Atlântico	99.309		99.309		
Saldo em 31 de dezembro de 2013	99.309		99.309		
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)		26.640		13.622	18.891

(ii) Honorários da administração – Consolidado

Para o consolidado, a remuneração paga aos administradores da Companhia e suas controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 totalizou os montantes de R\$ 14.498 e R\$ 9.700, respectivamente.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Credor pela aquisição da concessão – Consolidado

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)
SuperVia (a)	35.802	37.282
Otima (b)		40.601
	<u>35.802</u>	<u>77.883</u>
(-) Passivo circulante	<u>(3.572)</u>	<u>(43.756)</u>
Passivo não circulante	<u>32.230</u>	<u>34.127</u>

- (a) A concessão de transporte ferroviário de passageiros na região metropolitana do Rio de Janeiro foi estipulada pelo prazo de 25 anos, conforme contrato assinado em 17 de setembro de 1998, cujo prazo inicial de vigência encerrava-se no dia 31 de outubro de 2023, que foi prorrogado até o dia 31 de outubro de 2048, no montante de R\$ 28.000, dos quais R\$ 8.400 foram pagos à vista.
- (b) A concessão de mobiliário urbano na Cidade de São Paulo foi estipulada pelo prazo de 25 anos, conforme contrato assinado em 17 de dezembro de 2012, mediante o pagamento de outorga. Do valor total da outorga, a Otima pagou ao Poder Concedente o montante de R\$ 40.601 no primeiro semestre de 2013 e o saldo remanescente será pago em 288 parcelas, mensais e iguais, sendo que o vencimento da primeira parcela está previsto para janeiro de 2014.

16 Parcelamentos – Consolidado

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo bruto	74.200	115.836
Pagamentos antecipados	(75.387)	(17.283)
Atualização monetária	4.160	7.853
Ajuste a valor presente	<u>1.152</u>	<u>(32.206)</u>
Saldo líquido, Light - (a)		66.242
Saldo líquido, Santander - (b)	4.125	7.958
Cedae - (c)	<u>8.146</u>	<u>9.050</u>
	12.271	83.250
(-) Passivo circulante	<u>(5.525)</u>	<u>(20.555)</u>
Passivo não Circulante	<u>6.746</u>	<u>62.695</u>

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Light

Em 12 de abril de 2007, com o apoio e a participação do Governo do Estado do Rio de Janeiro, a SuperVia celebrou Termo de Novação de Dívida com a Light Serviços de Eletricidade S.A. para pagamento da dívida acumulada no período de novembro de 1998 a fevereiro de 2007, em 168 parcelas mensais e sucessivas.

Em dezembro de 2013, a SuperVia pagou antecipadamente o valor de R\$ 56.050, efetuando assim a liquidação deste parcelamento com a taxa de desconto de 2,1% a.m.

(b) Cessão de direitos creditórios para o Banco Santander S.A.

Em maio de 2012, foi celebrado aditivo ao termo de novação de dívida da Light transferindo os direitos creditórios recorrente das parcelas 121 a 144 ao Banco Santander S.A, com uma taxa de desconto de 1,85 % a.m. O desconto financeiro efetivo gerado será realizado a medida da execução dos pagamentos.

(c) Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro - Cedae

Em 21 de junho de 2009, a SuperVia celebrou Termo de Transação Com Quitação Geral com a Cedae - Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro, para pagamento da dívida acumulada no período de janeiro de 1999 a maio de 2009, onde, as partes chegaram a um consenso, por meio do qual a SuperVia se compromete a pagar à Cedae a importância total de R\$ 10.958, dividida em 120 (cento e vinte) parcelas mensais, corrigidas anualmente, pelo IGPM/FGV. As parcelas do circulante e do não circulante representam R\$ 1.400 (em 31 de dezembro de 2012 R\$ 1.316) e R\$ 6.746 (em 31 de dezembro de 2012 R\$ 7.734), respectivamente.

17 Programa de recuperação fiscal ("Refis") - Consolidado

Em outubro de 2009, a SuperVia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei no 11.941/09 e pela Medida Provisória no 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo no início do exercício	13.216	20.007
Amortização / atualização do exercício	<u>(8.571)</u>	<u>(6.791)</u>
Saldo no final do exercício	4.645	13.216
(-) Passivo circulante	<u>(1.434)</u>	<u>(8.798)</u>
Passivo não circulante	<u>3.211</u>	<u>4.418</u>

Como consequência da adesão ao REFIS, a SuperVia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, bem como a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, conseqüentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido – Consolidado

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

(i) Ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício, considerando a compensação dos saldos ativos e passivos da SuperVia, é a seguinte:

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)
Prejuízo fiscal e base negativa (*)	153.169	153.075
Outros	(4.467)	(18.652)
	<u>148.702</u>	<u>134.423</u>

(*) Refere-se a impostos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL da investida indireta SuperVia. Esse crédito tem projeção de realização até 2025.

A expectativa da Administração da RTC quanto à realização total dos créditos fiscais acima referidos está prevista para ocorrer da seguinte forma:

<u>Ano</u>	<u>Realização</u>
2018	1.783
2019	6.672
2020	14.008
2021	18.643
2022 em diante	107.596
Total	<u>148.702</u>

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ajuste CPC 15	231.754	(Reapresentado) 239.564
	<u>231.754</u>	<u>239.564</u>

Refere-se a impostos diferidos sobre aplicação do CPC 15 de combinação de negócio da RTC.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado

	<u>2013</u>		<u>2012</u>	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
CRB			(18.215)	(6.581)
CRC			(543)	(196)
Otima	32.952	4.663		
RTC	10.345	3.724	21.942	7.891
	<u>43.297</u>	<u>8.387</u>	<u>3.184</u>	<u>1.114</u>

(c) Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado

	<u>2013</u>		<u>2012</u>	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
CRC			(151)	(64)
RTC	(2.552)	(965)	(1.957)	(725)
Liquiport	(124)	(49)	(483)	(182)
	<u>(2.676)</u>	<u>(1.014)</u>	<u>(2.591)</u>	<u>(971)</u>

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 226.856, composto por 226.855.531 ações ordinárias.

Em 30 de junho de 2013, após da cisão parcial, o capital social da Companhia foi reduzido em R\$ 2.831, com o cancelamento de 2.830.871 ações ordinárias, sem valor nominal, detidas pela OTP, o capital social da Companhia passou de R\$ 226.856 para R\$ 224.024, representado por 224.024.661 ações ordinárias nominativas, e sem valor nominal.

Em 30 de novembro de 2013, após da cisão parcial, o capital social da Companhia foi reduzido em R\$ 200.000, com o cancelamento de 200.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal, detidas pela OTP, o capital social da Companhia passou de R\$ 224.024 para R\$ 24.024, representado por 24.024.661 ações ordinárias nominativas, e sem valor nominal (Nota 1).

Em 01 de dezembro de 2013, a Companhia aumentou seu capital social em R\$ 153.041 passando de R\$ 24.024b para R\$ 177.065, mediante a capitalização do saldo de Reserva de Capital, com a emissão de 153.040.278 novas ações.

Em 28 de dezembro de 2013, foi aprovado a redução do capital social da Companhia pelo critério de valor contábil em R\$ 30.614, passando de R\$ 177.065 para R\$ 146.451, com o cancelamento de 30.613.950 ações (Nota 1).

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 146.451, composto por 146.450.988 ações ordinárias.

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

Criada pela Lei nº 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores que, já pertencentes ao patrimônio líquido, não transitaram pelo resultado do exercício. Os impactos desses valores no resultado do exercício ocorrerão quando da sua efetiva realização.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(1.625)	(Reapresentado) 132.406
Ajuste de conversão de investidas no exterior	6.241	2.984
Reversão efeito CPC 15 (Nota 1)		(145.419)
Ajuste de diferido de controlada		8.404
Estorno por cisão (Nota 1)	1.831	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>6.447</u>	<u>(1.625)</u>

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Reserva de capital

Para fins da cisão seguida de incorporação, foi adotado o procedimento prévio de absorção do saldo da conta de Prejuízos Acumulados no montante de R\$ 117.241 pela conta de Reserva de Capital. Foi realizada também a cisão do Patrimônio Líquido da OTPP em contrapartida do seu Capital Social, no montante de R\$ 2.831 (a débito) e da conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP no montante de R\$ 1.831 (a crédito) (Nota 1).

Em 01 de dezembro de 2013, a Companhia aumentou seu capital social em R\$ 153.040 passando de R\$ 24.025 para R\$ 177.065, mediante a capitalização do saldo de Reserva de Capital, com a emissão de 153.040.278 novas ações.

20 Provisão para contingências – Consolidado

- (a) A controlada indireta SuperVia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a SuperVia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:

	2013		2012	
	Depósitos judiciais	Provisões para contingências	Depósitos judiciais	Provisões para contingências
Contingências trabalhistas e previdenciárias	6.286	10.065	5.286	11.997
Reclamações cíveis	1.120	71.545	187	103.678
Outros		1.743		1.743
	<u>7.406</u>	<u>83.353</u>	<u>5.473</u>	<u>117.418</u>

A Administração da controlada, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avalia que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes e representam sua melhor estimativa de perda, as quais são revisadas periodicamente.

A Supervia, em decorrência de processo de reestruturação do setor jurídico e substituição de assessores jurídicos na defesa das causas, vem aprimorando seus controles internos relativos a processos judiciais, trabalhistas e cíveis, buscando uniformização dos procedimentos de registro das suas provisões de contingências. Em função disso, as estimativas de valores e perspectivas de êxitos vêm sendo aprimoradas.

Nesse contexto, a provisão registrada nos processos de perdas prováveis passou a ser apurada com base no histórico de desfechos em seus processos cíveis e em taxa média de êxito calculada em conjunto com seus assessores jurídicos externos. Desta forma, a administração da Supervia entende que a provisão contabilizada representa a melhor estimativa/expectativa de perda em 31 de dezembro de 2013.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço:

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia, de forma consolidada através de suas investidas, tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 237.311 (31 de dezembro de 2012, R\$ 239.692).

21 Receita

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receita de construção (Nota 22)	273.891	(Reapresentado) 404.048
Receita de operação		
Bilheteria	417.791	381.486
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification")		264.587
Receitas em numerário		127.886
Aluguéis de espaços publicitários e comerciais	59.416	27.679
Receitas de vale pedágio		50.956
Receitas de contraprestação - CGPE		9.815
Outras receitas	16.401	15.877
	<u>493.608</u>	<u>878.286</u>
Tributos sobre serviços de operação	(21.678)	(63.847)
Receita operacional líquida	<u>471.930</u>	<u>814.439</u>
	<u>745.821</u>	<u>1.218.487</u>

22 Receita e custo de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia e sua controlada na formação da infraestrutura de cada contrato e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento do Grupo na formação do seu ativo intangível ou ativo financeiro, presente nos contratos de concessões públicas (ICPC 01 e OCPC 05).

A receita de construção está relacionada aos contratos de longo prazo, sendo associada aos respectivos direitos conforme o tipo de ativo presente em cada contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de receita e custo de construção refere-se integralmente a controlada indireta SuperVia.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Receita e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
				(Reapresentado)
Receitas financeiras				
Receitas com juros	3.752	4.486	22.221	8.631
Variações cambiais e monetárias	3.103	1.013	3.103	32.467
Receita de aplicação financeira	28.273	62.905	29.947	75.017
Outros		1.109	170	1.575
	<u>35.128</u>	<u>69.513</u>	<u>55.441</u>	<u>117.690</u>
Despesas financeiras				
Despesas com juros	(52.816)	(72.800)	(74.150)	(294.122)
IOF sobre operações financeiras	(170)	(6)	(4.106)	(2.474)
Juros sobre empréstimos	(9.729)		(28.020)	
Variações cambiais monetárias	(1.148)	(7)	(12.330)	(47.940)
Juros sobre mútuo		(531)		(16.020)
Comissões e despesas bancárias	(1.096)		(1.096)	(1.654)
Multas por atraso				(742)
Impostos sobre operações financeiras	(578)	(272)	(1.563)	(272)
Outros			(8.509)	(6.737)
	<u>(65.537)</u>	<u>(73.616)</u>	<u>(129.774)</u>	<u>(369.961)</u>
	<u>(30.409)</u>	<u>(4.103)</u>	<u>(74.333)</u>	<u>(252.271)</u>

24 Cobertura de seguros (não auditado)

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados no Grupo obedecendo a parâmetros estabelecidos em política específica da Organização Odebrecht e contando com o apoio da OCS – Odebrecht Administradora e Corretora de Seguros Ltda., seus consultores, corretores e seguradoras parceiras nacionais e internacionais de primeira linha, para assegurar a contratação, o preço certo, das coberturas adequadas a cada contrato ou empreendimento, em montantes suficientes para fazer face à indenização de eventuais sinistros.

Em 31 de dezembro de 2013, o montante de cobertura de seguros do Grupo é considerado suficiente pela Administração, para fazer face à eventuais sinistros.

O Grupo possui seguros contratados, substancialmente para a cobertura obrigatória dos riscos dos contratos de concessões, resumidos como segue:

Modalidade	Cobertura
Responsabilidade Civil	86.000
Roubo, incêndio, alagamento e outros	38.042

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Despesas gerais e administrativas

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
		(Reapresentado)
Despesas com pessoal	106.745	95.908
Prestadores de serviços	53.571	59.028
Contingências (Nota 21)	(3.815)	68.578
Gastos gerais	37.093	48.315
Outras despesas	1.061	4.921
	<u>194.655</u>	<u>276.750</u>

26 Prejuízo por ação

Básico e diluído

O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante os exercícios.

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
		(Reapresentado)
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da sociedade titulares de ações ordinárias	(167.900)	(155.777)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	220.769	226.856
Prejuízo por ação	<u>(0,76)</u>	<u>(0,69)</u>

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

27 Eventos subsequentes

Em 17 de janeiro de 2014, a Companhia recebeu aporte de capital social de R\$ 504.557 da sua controladora OTP mediante a cessão de dívida composta, substancialmente, pelas debêntures em circulação emitidas pela Companhia no montante de R\$ 502.397 (Nota 12 (f)(ii)), atualizado até essa data, conforme autorizado em Assembleia Geral de Debenturistas de 15 de janeiro de 2014. O capital social da Companhia passou de R\$ 146.451 para R\$ 651.008 com a emissão de 504.557.440 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Efeitos da adoção do CPC 19 (R2) para o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012

O CPC 19 (R2) apresenta dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto (*joint operation*)- que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais, e como consequência contabiliza sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado (*joint venture*)- ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. A referida norma prevê a adoção do método de equivalência patrimonial para a contabilização de investimentos em controladas em conjunto ao invés da consolidação proporcional.

A referida norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013 e para melhor apresentação do efeito na aplicação do CPC 19 (R2), foi realizada a reconciliação do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2012 e resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 conforme apresentado a seguir:

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Conciliação do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012

Ativo	Original	Ajuste CPC 19	Reapresentado	Passivo e patrimônio líquido	Original	Ajuste CPC 19	Reapresentado
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	617.857	(3.231)	614.626	Contas a pagar	26.250	(4.012)	22.238
Contas a receber	25.741	(5.980)	19.761	Empréstimos e Financiamentos	281.893	(6.521)	275.372
Despesas antecipadas	7.591	(456)	7.135	Debêntures	18.361	(18.361)	
Partes relacionadas	4.861	(4.861)		Fornecedores e subempreiteiros	81.500	(22.003)	59.497
Estoques	25.328	(1.519)	23.809	Partes relacionadas	18.891		18.891
Tributos a recuperar	29.371	(914)	28.457	Obrigações sociais e trabalhistas	40.191	(2.149)	38.042
Outros ativos	12.088	(320)	11.768	Credor pela aquisição da concessão	62.899	(19.143)	43.756
	<u>722.837</u>	<u>(17.281)</u>	<u>705.556</u>	Parcelamento	20.555		20.555
				Programa de recuperação fiscal (Refis)	8.798		8.798
				Impostos, taxas e contribuições sociais	18.454	(1.433)	17.021
				Outros passivos	15.150	(47)	15.103
					<u>592.942</u>	<u>(73.669)</u>	<u>519.273</u>
Não circulante				Não circulante			
Aplicações financeiras	6.209	(6.209)		Empréstimos e Financiamentos	455.679	(187.747)	267.932
Imposto de renda e contribuição social diferidos	135.498	(1.075)	134.423	Debêntures	641.832		641.832
Depósitos judiciais	6.800	(1.327)	5.473	Credor pela aquisição da concessão	34.127		34.127
Contas a receber	24.090		24.090	Parcelamento	62.695		62.695
Partes relacionadas	35.331	(21.699)	13.632	Programa de recuperação fiscal (Refis)	4.418		4.418
Outros ativos	584	(584)		Imposto de renda e contribuição social diferidos	240.754	(1.190)	239.564
	<u>208.512</u>	<u>(30.894)</u>	<u>177.618</u>	Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	117.418		117.418
				Outros passivos	2.482		2.482
					<u>1.559.405</u>	<u>(188.937)</u>	<u>1.370.468</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	226.856		226.856
				Reservas de capital	270.282		270.282
				Ajuste de avaliação patrimonial	(1.625)		(1.625)
				Prejuízos acumulados	(117.241)		(117.241)
					<u>378.272</u>		<u>378.272</u>
				Participação dos não controladores	234.201		234.201
					<u>612.473</u>		<u>612.473</u>
Total do ativo	<u>2.764.820</u>	<u>(262.606)</u>	<u>2.502.214</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>2.764.820</u>	<u>(262.606)</u>	<u>2.502.214</u>

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Conciliação do lucro no exercício findo em 31 de dezembro de 2012

	<u>Original</u>	<u>Ajuste CPC 19</u>	<u>Reapresentado</u>
Operações continuadas			
Receita líquida	1.388.209	(169.722)	1.218.487
Custos de construção	(535.379)	132.715	(402.664)
Custos dos serviços prestados	(453.702)	22.170	(431.532)
Lucro bruto	399.128	(14.837)	384.291
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	(291.523)	14.773	(276.750)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	107.605	(64)	107.541
Resultado de participação societária	(5.053)	(5.958)	(11.011)
Resultado financeiro, líquido	(258.074)	5.803	(252.271)
Outras despesas, líquidas	(743)	(29)	(772)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(156.265)	(248)	(156.513)
Imposto de renda e contribuição social	488	248	736
Prejuízo do exercício	(155.777)		(155.777)
Atribuível a			
Acionistas da Companhia	(117.241)		(117.241)
Participação dos não controladores	(38.536)		(38.536)
	(155.777)		(155.777)
Prejuízo por lote de mil ações do capital social no final do exercício - R\$	(0,69)		(0,69)

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Conciliação do fluxo de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2012

	Original	Ajuste CPC 19	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	(156.265)	(248)	(156.513)
Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício:			
Depreciação e amortização	92.836	(6.731)	86.105
Margem de construção	(2.619)	1.235	(1.384)
Resultado de equivalência patrimonial	5.053	5.958	11.011
Provisão para contingência	39.191		39.191
Atualização do ativo financeiro (ICPC 01)	(420)		(420)
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidos	331.507	(7.993)	323.514
Outros	(5.707)	5	(5.702)
Caixa proveniente das operações	303.576	(7.774)	295.802
Variações nos ativos e passivos:			
Aplicações financeiras	(1.141)	1.789	648
Estoques	(8.653)	1.505	(7.148)
Contas a receber	(25.271)	3.284	(21.987)
Tributos a recuperar	(14.635)	557	(14.078)
Adiantamento a fornecedores, subempreiteiros e outros	(32.233)	(505)	(32.738)
Despesas pagas antecipadamente	34.745	870	35.615
Crédito com pessoas jurídicas	(2.895)	2.895	
Outros ativos	(18.914)	23.411	4.497
Fornecedores e subempreiteiros	28.088	(18.706)	9.382
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	9.580	(302)	9.278
Outros passivos	(1.853)	(23.217)	(25.070)
Caixa aplicado nas Operações			
Juros pagos	(231.962)	11.050	(220.912)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.552)		(2.552)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	35.880	(5.143)	30.737
Adições ao investimento em participações societárias	(1.262)	(28.178)	(29.440)
Adições ao imobilizado	(585.255)	1.283	(583.972)
Adições de Intangível	(553.790)	132.257	(421.533)
Reestruturação societária	(150.000)		(150.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.290.307)	105.362	(1.184.945)

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(continuação)

	<u>Original</u>	<u>Ajuste CPC 19</u>	<u>Reapresentado</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividas de curto e longo prazos, líquida			
Captações	1.201.778	(85.696)	1.116.082
Amortização de empréstimos	(258.878)	15.271	(243.607)
Partes relacionadas			
Recursos liberados	(20.522)		(20.522)
Recursos recebidos	12.449	(5.794)	6.655
Debêntures	167.350	(17.350)	150.000
Aumento de capital social	118		118
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	1.102.295	(93.569)	1.008.726
Efeito de caixa das empresas inseridas e excluídas na consolidação	(378.060)	(8.579)	(386.639)
Redução de caixa e equivalente de caixa	(530.192)	(1.929)	(532.121)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1.148.049	(1.302)	1.146.747
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	617.857	(3.231)	614.626

* * *